

Moderados alcançam maioria absoluta

O projeto do Centrão — grupo interpartidário de defesa da livre iniciativa — deverá alcançar hoje mais de 300 assinaturas, mas sua formalização vai depender de possíveis emendamentos dos seus coordenadores e do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O quórum da maioria absoluta — 280 assinaturas — foi atingido com a adesão do deputado Geraldo Fleming (PMDB-AC). O coordenador do Centrão para o apoio não levou ainda em consideração algumas assinaturas retiradas, ou anúncios de retiradas.

Quatro deputados do PDT que haviam assinado o documento enviaram ofício ao presidente da Constituinte, pedindo considerá-lo sem efeito as suas assinaturas. São eles Chico Humberto (MG), Adroaldo Streck (RS), João de Deus Antunes (RS) e José Fernandes (AM). O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) também retirou a assinatura. E os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Mendes Thames (PFL-SP) teriam feito o mesmo. Expedido Machado garantiu que Sandra Cavalcanti não havia assinado.

No plenário, os deputados Virgílio Guimarães (PT-MG) e José Maria Eymael (PDS-SP) negaram que tivessem assinado o requerimento do Centrão. Quanto ao deputado mineiro, o equívoco foi de um jornal brasileiro: quem assinou foi Virgílio Galassi (PDS-MG), e não Virgílio Guimarães.

Robertó Cardoso Alves, Ricardo Fúza, Expedito Machado, Daso Coimbra, entre outros líderes do Centrão, não manifestaram maior preocupação com a retirada das assinaturas. "Vamos conseguir mais de 320", garantiu Daso.

Um jornalista indagou a Cardoso Alves se outros deputados do PMDB também tinham recuado e ele respondeu: "Felizmente, só o Gasparian. Imagino se tivéssemos mais companheiros com a 'segurança' do Fernando Gasparian".

Os que retiraram o apoio ao projeto do Centrão de reforma do regimento, para permitir emendas substitutivas, aditivas e supressivas, alegaram que não se informaram nem foram informados com clareza sobre os objetivos da iniciativa. Alguns alegaram que a proposta visaria a um substitutivo global, integral, o que criaria impasse na Constituinte, embora os coordenadores do Centrão garantiram que não será apresentado nenhum substitutivo global.

Entre assinaturas e recuos, estão se realizando entendimentos entre parlamentares influentes do centro, do centro-esquerda, do centro-esquerda e da esquerda. Ontem, no fundo do plenário, Roberto Cardoso Alves tranquilizava o vice-líder do PT, deputado José Genofino (SP): "Queremos que o plenário participe, que a minoria possa discutir e votar. Não queremos que haja vencidos nem vencedores".

O senador José Richa (PMDB-PR), da "Operação Primavera", con-

versou com o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, para mostrar que seria mais conveniente um acordo de maioria, para votar no plenário, do que emendas substitutivas, supressivas ou aditivas, reabrindo o processo de emendas. Sant'Anna não fechou as portas, mas disse a Richa que o movimento pela reforma do regimento terá o apoio de mais de 300 constituintes. Richa não contestou, afirmando, inclusive, que concorda com muitos dos pontos que o Centrão defende.

"Algumas emendas aprovadas na área social-trabalhista não devem ser incluídas no novo texto constitucional. São matérias de legislação ordinária", disse o senador paraense, citando estabilidade, férias em dobro e a jornada de 48 horas semanais, entre outros temas.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mesmo sem contestar a iniciativa do "Centrão", continua defendendo o entendimento, insistindo na inconveniência de novas emendas substitutivas. E um parlamentar moderado, que não faz parte do "Centrão", opinou que o grupo quer dar demonstração de força perante Ulysses, para entrar no possível acordo em posição de vantagem.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) defendeu a iniciativa do "Centrão", afirmando que não há condições políticas de se evitar a manifestação da maioria. O líder Carlos Sant'Anna tem dito que o perfil da Comissão de Sistematização é diferente do perfil do plenário. "A comissão foi composta a dedo pelo líder Mário Covas. As esquerdas estão predominando", comentou.

Os moderados não discordam, mas afirmam que as esquerdas, mesmo minoritárias, estão organizadas e se preparam a cada votação, o que não vem acontecendo com o centro, centro-esquerda e centro-direita. Das vantagens que as esquerdas estão conseguindo, observou um dos principais parlamentares do PMDB, favorável ao entendimento para evitar o impasse.

"A única saída para a Constituinte são os acordos de maioria. Não estamos aqui para homologar nada, e sim discutir a nova Constituição, e não aceitamos imposições de setores minoritários e radicais", afirmou o deputado Afif Domingos (PFL-SP), observando que os acordos podem contar com o apoio inclusive de Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. Já José Lourenço, líder do PFL, garantiu que o grupo está "perfeitamente sintonizado com a grande maioria dos brasileiros, que sempre se situou, politicamente, no centro". E disse que é em nome dessa maioria que serão propostas alterações no texto constitucional, "a fim de adequá-lo ao pensamento brasileiro". Lourenço fez questão de repetir que ninguém pretende derrubar todo o substitutivo Bernardo Cabral para montar outro. Ele será apenas "modificado pelo entendimento ou pelo voto da maioria, segundo o que esta achar que é melhor para o País".



E uma briga tumultua a sessão

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Um empurrão do deputado Ricardo Fúza (PFL/PE) no líder do PC do B na Constituinte, deputado Haroldo Lima, quando discursava o líder liberal José Lourenço, e muitos pronunciamentos contrários à anunciada intenção do "Centrão" de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para impedir o funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário da Constituinte, marcaram, ontem, a sessão ordinária da Assembleia.

A tentativa de agressão do deputado Ricardo Fúza foi motivada pela reação do líder comunista às ironias feitas pelo deputado José Lourenço contra o antigo dirigente do Partido Comunista da Albânia, Enver Hoxa, chamando-o de "mentiroso, provocador e corrupto". Haroldo Lima não se conteve quando José Lourenço comentou em seu pronunciamento que, ao morrer, para renegar suas posições, o dirigente albanês pediu perdão a Deus, afirmando não saber o que fez durante toda sua vida.

A sessão da Constituinte começou às 14h30, com um pronunciamento do deputado Otávio Dutra, protestando contra a tentativa do

"Centrão" de modificar o regimento interno para facilitar a apresentação de substitutivo "elaborado nos escaninhos do Poder Executivo". Em resposta, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) disse ter assinado o documento do "Centrão" e que voltaria a fazê-lo "para evitar que o imperador Ulysses Guimarães e alguns líderes, também, que são sub-imperadores, possam querer transformar isto numa Constituinte de meia dúzia".

De acordo com o deputado paulista, "o único golpe que se conhece até agora é o golpe contra o regimento, do deputado Ulysses Guimarães, querendo desestabilizar o governo para chegar mais depressa ao poder". Para ele, "é o presidente da Constituinte quem está se descuidando, como um inimigo do Brasil, e tem a obrigação de cobrar daqueles que falam em contracheque da História, para saber se nós, num certo momento, não começaremos também a investigar todos os cheques e contracheques de sua vida pregressa".

Até o ex-deputado constituinte, de 47, Carlos Marighela esteve presente nos discursos de ontem, quando completou vinte anos de sua morte. Ele foi homenageado pelos deputados pedetistas Florestan Fernandes e Luís Eduardo. Em seguida, o deputado pedetista Adilson da Mota, do

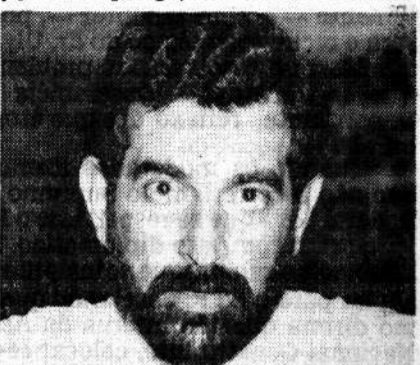
Alvoroco em plenário: um rato na Constituinte

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Nem forças da direita nem da esquerda, apesar da crescente radicalização. Quem invadiu o plenário da Constituinte, ontem, foi um rato, provocando alvoroço entre parlamentares, fotógrafos e cinegrafistas, uns fugindo, outros procurando o melhor ângulo para captar o insólito acontecimento. O rato surgiu não se sabe de onde, por volta das 17 horas, e antes de correr pelo tapete subiu na perna do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que deu um grito: "Sal, diabo!" Depois o rato procurou perna mais importante em termos políticos, a do líder do governo Carlos Sant'Anna, que se levantou sobresaltado.

A deputada Irma Passoni (PT-SP) encolheu as pernas na poltrona, gritou "Al", e o tumulto se estabeleceu. Os segurancas queriam segurar os fotógrafos e ao mesmo tempo matar o rato, que corria entre as cadeiras. E nem mesmo era um espécime dos mais bem dotados. "Um ratinho", como disse o deputado Jorge

Hage (PMDB-BA), com desprezo. Finalmente surgiu um herói para enfrentar o intruso: o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que invadiu o corredor central e o líquido com uma tremenda pisada. "Morreu na hora!", exclamou o constituinte. Depois ironizou: "Esse rato deve ter vindo do Planalto. Com outros que vierem, farei a mesma coisa". E, conjurado o perigo, reiniciou-se a sessão.



Sítio Ricardo Ribeiro - 20/11/86 Arnaldo Faria de Sá

Rio Grande do Sul, estranhou a reação à estratégia do "Centrão", afirmando que esse grupo pretendia apenas "fazer de forma lisa e aberta aquilo que se fez escondido no gabinete do presidente da Constituinte".

Outros constituintes, como Jesus Tague, do PFL do Piauí, confirmaram ter assinado o documento para mudar o regimento, mas não faltaram os arrependidos e os que retiraram suas assinaturas diante da polémica, ou foram obrigados a fazê-lo por suas lideranças, como os pedetistas Chico Humberto, Adroaldo Streck, João de Deus e José Fernandes.

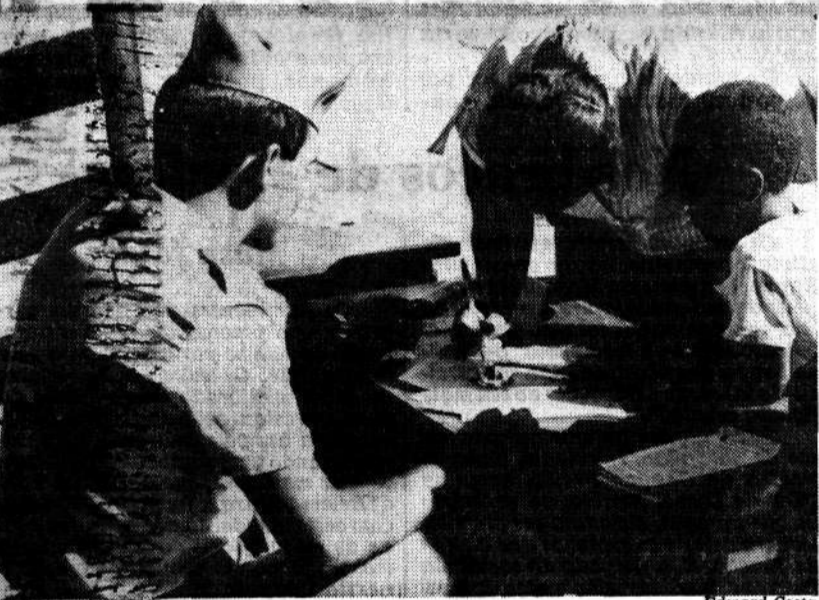
O deputado Fernando Gasparian retirou seu apoio à iniciativa afirmando que pensava ser para resgatar emendas não apreciadas, enquanto o também peemedebista de São Paulo, Michel Temer, explicou apoiá-la apenas tecnicamente, mas não o conteúdo de emendas que viessem a ser apresentadas pelo grupo. Enquanto isso, o deputado José Maria Eymael, do PDC Paulista, negou ter assinado o documento e propôs a reabertura do prazo para apresentação de emendas.

O líder governista Carlos Sant'Anna encaminhou questão de ordem para saber o que acontecerá ao segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral se não for completa-

mente votado, bem como a totalidade das suas emendas. Para ele, se isso ocorrer, o projeto ficará "vulnerável". A Mesa não chegou a responder, mas o deputado José Genofino esclareceu que, depois da votação do substitutivo pela Comissão, os destaques serão apreciados em bloco.

Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, denunciou a interferência de ministros de Estado na Constituinte, citando nominalmente João Alves, que teria telefonado a parlamentares pedindo apoio para o documento do "Centrão". Ele aproveitou para dizer que o fato de o Supremo Tribunal Federal ter decidido processá-lo, sem pedir autorização à Constituinte, não é inédito, lembrando já lhe ter acontecido algo semelhante, quando denunciou casos de corrupção.

Também o líder do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, ocupou a tribuna para criticar o "Centrão" afirmando que seus integrantes, em vez de tentar manobras regimentais, poderiam ter encaminhado seus destaques e se apresentado para defendê-los na Sistematização. Ele vinculou a decisão do STF em relação a Brandão Monteiro ao fato de a Comissão estar votando o capítulo do Poder Judiciário, o que considerou como um "aviso prévio" dos seus integrantes aos constituintes que estão examinando o assunto.



A PM quer alcançar 1,5 milhão de adesões só em SP

PM coleta assinaturas para mudar substitutivo

As polícias militares de todo o País estão empenhadas numa ampla coleta de assinaturas para um documento com o qual pretendem convencer os constituintes da Comissão de Sistematização a alterarem o parágrafo do substitutivo Cabral II que define as funções da própria PM e da Polícia Civil. Iniciada na sexta-feira, a coleta tornou-se mais intensa ontem, quando os policiais aproveitaram o meio expediente para sair à caça de assinaturas.

Os policiais estão preocupados com apenas uma palavrinha do parágrafo segundo do artigo 162 do substitutivo: preventiva. Segundo o texto do deputado Bernardo Cabral, o policiamento preventivo passa a ser uma das funções da Polícia Civil — saindo da área da PM. Essa mudança aparentemente pequena, entende o tenente-coronel Júlio Bono, chefe da 5ª EM/PM em São Paulo, vai tirar os policiais militares da rua e praticamente transferir para a Polícia Civil o planejamento das ações preventivas. "E quem tem o planejamento tem o poder", ressalta, deixando clara a velha rivalidade entre as duas polícias.

De acordo com o coronel Bono, o parágrafo segundo daquele artigo pegou as polícias militares de surpresa, já que, até então, todos estavam certos de que a distribuição de funções continuaria a mesma. Ou seja, a Polícia Civil continuaria com o caráter de polícia judiciária, responsável pela apuração de infrações penais, e a Polícia Militar com a responsabilidade sobre o policiamento ostensivo e repressivo, incluindo-se aí a ação preventiva. "Assim que percebermos a mudança, começamos a nos mobilizar", conta o coronel, frequentador assíduo do Congresso para acompanhar a Constituinte.

A campanha de coleta de assinaturas, explica, é uma iniciativa de entidades representativas dos policiais militares, como o Clube dos Oficiais. A meta, segundo Bono, é obter cerca de 1,5 milhão de assinaturas só no Estado de São Paulo. Nos abaixo-assinados constam os nomes, endereços e números do título de eleitor das pessoas, dados estratégicos para convencer os constituintes de que suas bases políticas querem a PM nas ruas.

"O povo é melhor juiz do nosso trabalho", ensina o comandante da Polícia Militar em São Paulo, coronel Wilson Correa Leite. Aliás, dependendo da votação da Comissão de Sistematização — que deve apreciar os itens referentes à segurança pública amanhã e segunda-feira — a campanha de coleta de assinaturas vai continuar até o plenário da Constituinte. "Não estamos tentando tirar atribuições de ninguém. Queremos manter apenas o que já existe", garante.

A Polícia Civil, o outro lado interessado na questão, também está acompanhando os trabalhos da Constituinte, através da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo. Na opinião do presidente da entidade, Amir Neves Ferreira da Silva, é justo que a PM esteja se mobilizando para defender seus interesses, assim como outros segmentos da sociedade e a categoria que ele próprio representa. Ele só não concorda com os argumentos utilizados pelos policiais militares.

A Sistematização vai trabalhar até o dia 17

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo Bernardo Cabral será totalmente votado e enviado ao plenário da Constituinte até o dia 17, no máximo. O prazo foi comunicado ontem por Ulysses Guimarães, que pretende acelerar os trabalhos da Comissão de Sistematização que funcionará inclusive aos domingos. Mesmo assim, continua difícil qualquer previsão de quando a futura Constituição poderá ser promulgada.

A maioria dos líderes prefere considerar que não deve haver uma data prefixada. Pelo que se viu nos últimos meses, os prazos recomendados por Ulysses — 7 de setembro e 15 de novembro deste ano — nem sequer foram discutidos, mesmo quando as atividades da Constituinte estavam no início, em fevereiro. "É sempre bom lembrar que a Espanha

leveu quase três anos para fazer sua Constituição", argumentou o líder do PDS, Amaral Neto, acrescentando que a Carta "não pode ter as amarras do tempo". Em sua opinião, a questão dos prazos não passa de uma idéia fixa do presidente da Constituinte.

É também de Amaral Neto a informação de que haverá um "relaxamento" nos trabalhos para as festas de fim de ano, entre dias 23 de dezembro e 3 de janeiro. A possibilidade de recesso foi negada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, mas admitida por outros constituintes. Ainda segundo Amaral Neto, os esquemas que vêm sendo propostos por Ulysses — funcionamento simultâneo da Sistematização e do plenário e o novo prazo divulgado ontem — nada mais são do que um recuo do PMDB para reagir à articulação do "Centrão".

Ulysses, no entanto, insistiu em que seu objetivo é apenas racionalizar os trabalhos. "Nós estamos aqui para votar e é isso que precisamos fazer", disse, frisando que sempre rejeitou as tentativas contra a soberania da Constituinte. "Todos sabem que começaram a surgir questões de ordem sobre a votação por títulos e capítulos, o que poderia provocar a manifestação do Supremo Tribunal Federal." Em sua opinião, esta seria uma forma de interferência nas atividades constitucionais.

O presidente da Constituinte chegou a convocar uma sessão extraordinária para hoje à tarde, mas acabou voltando atrás. Na presidência dos trabalhos, o senador pedetista Mauro Maia comunicou que, nesse horário funcionará a Comissão de Sistematização e à noite haverá sessão da Câmara. Ainda hoje, Ulysses deverá conversar com as lideranças partidárias para estabelecer novos acordos sobre a aceleração da votação na Sistematização.

O levantamento foi feito ontem pela manhã na reunião do comitê interpartidário pelas diretas-88, que contou com a presença de dois ex-parlamentares — Nelson Marchezan, ex-líder do governo Figueiredo, e Esperidião Amin, ex-governador de Santa Catarina, ambos do PDS e favoráveis ao presidencialismo e mandato de quatro anos para Sarney.

Na última avaliação, líderes do movimento registraram quatro votos certos a favor das eleições diretas no próximo ano entre os deputados do PFL que integram a Comissão de Sistematização: Aleni Guerra (PR), José Thomaz Nonó (AL), Sandra Cavalcanti (RJ) e Mendes Thames (SP), existindo a convicção de que outros membros do partido na comissão se definam pelos quatro anos. O deputado mineiro Mário Assad, por exemplo, optaria pelas diretas-88 se isso fosse do interesse do ministro Auréliano Chaves. Assad é parlamentarista.

Diretas-88, mais perto da aprovação

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A emenda das eleições presidenciais diretas em 88 poderá ter o apoio da maioria absoluta dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização. Até agora há 44 parlamentares definidos pelo mandato de quatro anos e 35 votariam contra. Há 14 votos indefinidos, com expectativa de outros cinco ou seis votos pelas diretas-88, o que garantiria a maioria absoluta (47 votos).

O levantamento foi feito ontem pela manhã na reunião do comitê interpartidário pelas diretas-88, que contou com a presença de dois ex-parlamentares — Nelson Marchezan, ex-líder do governo Figueiredo, e Esperidião Amin, ex-governador de Santa Catarina, ambos do PDS e favoráveis ao presidencialismo e mandato de quatro anos para Sarney.

Na última avaliação, líderes do movimento registraram quatro votos certos a favor das eleições diretas no próximo ano entre os deputados do PFL que integram a Comissão de Sistematização: Aleni Guerra (PR), José Thomaz Nonó (AL), Sandra Cavalcanti (RJ) e Mendes Thames (SP), existindo a convicção de que outros membros do partido na comissão se definam pelos quatro anos. O deputado mineiro Mário Assad, por exemplo, optaria pelas diretas-88 se isso fosse do interesse do ministro Auréliano Chaves. Assad é parlamentarista.

Marchezan, na reunião do comitê pré-diretas-88, lembrou emenda de sua autoria, apresentada no início de 84, preconizando diretas para presidente em 1988. Os dirigentes do PMDB, porém, ficaram contra a proposta, a começar por Ulysses Guimarães, observou o ex-líder do PDS. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) confirmou, acrescentando que muitos que ficaram contra a emenda Marchezan "continuam até hoje contra as diretas em 88".

O ex-governador catarinense Esperidião Amin disse que em 1984 estava a favor das diretas e hoje continua a favor das eleições no próximo ano. Fazendo história, Esperidião Amin contou que em conversa com o então presidente do PDS, senador José Sarney, recebeu apelos para deixar de apoiar a emenda Dante de Oliveira (que não foi aprovada).

Segundo o relato do ex-governador, Sarney fez uma advertência: "Aprovar as diretas agora provocaria sessão no País". E acrescentou Amin: "É por isso que não tenho consideração política pelo atual presidente da República".

Esperidião Amin e Nelson Marchezan afirmaram, ainda, que o atual quadro do País não comporta o sistema parlamentarista. "Como admitir presidente eleito pela maioria absoluta — cerca de 40 milhões de votos — abrir mão de seus poderes ao primeiro-ministro eleito indiretamente? Por que os parlamentaristas não assumem, pregando indiretas em todos os níveis?", indagou Amin, com o apoio de Marchezan.

Ulysses tenta seu golpe de mestre

CARLOS CHAGAS

Um golpe de mestre no Centrão. É isso que o deputado Ulysses Guimarães está tentando dar. Ou já deu. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte aceitou acabar com a superposição de tarefas entre a Comissão de Sistematização e o plenário, voltando atrás em sua decisão da semana passada e dispondo que o plenário não se reunirá até que os sistematizadores tenham concluído a discussão e a votação do projeto Bernardo Cabral. Assim, o plenário receberá um projeto inteiro, não apenas as primeiras partes já votadas, ainda que a iniciativa proteja por tempo bem mais longo a promulgação da nova Constituição. Paralelamente, Ulysses também já admite a apresentação de emendas substitutivas no plenário, coisa que estava proibida em nome da rapidez dos trabalhos.

Como eram essas as duas principais reivindicações do Centrão, maioria constituinte formada pelos deputados e senadores liberais e moderados, desaparece o motivo maior do impasse a que vinham chegando as forças políticas. Será preciso, é claro, que o Centrão demonstre dispor mesmo de mais de 280 votos, entre os 559 que formam a Assembleia Nacional Constituinte. Coisa que não parece difícil, pelos cálculos feitos até a noite de ontem.

Vão-se os anéis, salvam-se os dedos, para Ulysses Guimarães, que dá outra demonstração de já mais remar contra a maré. Se a tendência, nos últimos dias, favoreceu os grupos parlamentares de centro,

ele acabou ficando com eles, como havia, antes, ficado com as esquerdas.

Fala-se em golpe de mestre no Centrão porque, satisfeitas suas exigências principais, o grupo tenderá a se dissolver diante de outras questões. Os senadores e deputados moderados e liberais não querem que o projeto Bernardo Cabral se transforme em nova Constituição por conta de temas econômicos e sociais considerados inexecutáveis e já aprovados na Comissão de Sistematização. Bater-se-ão por modificá-los no plenário, agora que, parece, dispõem da prerrogativa de emendar amplamente o projeto. Mas não fincarão mais pé na luta contra o parlamentarismo e, muito menos, na defesa dos cinco anos para o presidente José Sarney, como parecia certo que fariam. Nesses aspectos, dividem-se.

Mais uma derrota para Sarney, tudo indica. Porque ele estimulou e aplaudiu o aparecimento do Centrão como forma não só de evitar fantasias e lirismo nos capítulos sociais e econômicos. Tinha esperança de que, de roldão, esse novo grupo sustentasse também o presidencialismo e o período de cinco anos de mandato para ele e seus sucessores. Não era o que interessava fundamentalmente ao Bloco, apesar das aparências.

O processo constituinte está em mutação permanente, podendo registrar-se novas alterações nas próximas horas ou, até, já se terem registrado, na madrugada que passou. A anotar, porém, ao lado da maleabilidade e do jogo de cintura

com que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte se comporta está o desgosto de todo o conjunto. A superposição de tarefas entre a Comissão de Sistematização e o plenário serviria para apressar os trabalhos, assim como a proibição da apresentação de emendas em plenário. Só que o produto final seria lamentável. Curvando-se à vontade da maioria, Ulysses evitou, ou evitará, o racha entre seus companheiros, mas, no reverso da medalha, verá a Constituinte prolongar suas atividades pelo ano que vem adentro. Só por milagre obterá, agora, a promulgação da nova Carta em dezembro. Se 93 constituintes, os sistematizadores, acabarem levando quatro meses ou mais para discutir e votar o projeto, o que dizer de 559, que só em dezembro começarão a trabalhar? Ainda mais se, entre eles, mais da metade pretende mudar em profundidade os capítulos econômicos e sociais que tiveram sido aprovados pela Comissão de Sistematização.

Em paralelo, e sem que o deputado Ulysses Guimarães tenha tomado posição até agora, crescem as chances de a Assembleia Nacional Constituinte terminar consagrando o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Isto quer dizer eleições diretas para presidente da República no ano que vem. Ulysses é pelo presidencialismo mas não quebrará lanças em sua defesa se sentir a inclinação maior do plenário pelo parlamentarismo. Como aceitará, até satisfeito, os quatro anos de mandato para Sarney, capazes de facilitar sua candidatura à Presidência já no ano que vem.

VENDE-SE CARTA PATENTE DE FINANCEIRA
Tratar pelo Fone (081) 224-3988 c/ D. Nisia.